AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS: APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Ana Lourdes Maia Leitão[1]

Gil Camelo Neto[2]

RESUMO

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 18 de abril de 2018 a Resolução (nº 7) que estabelecia as diretrizes para a curricularização obrigatória da extensão nos cursos de nível superior (graduação). Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior (IES), tomaram a iniciativa de sistematizar a curricularização da extensão, o que para muitas IES representava a ação fora da sua rotina, pois não havia políticas e práticas consolidadas para a aplicação das atividades extensionistas até aquele período. Nesse sentido que foi realizado a presente pesquisa bibliográfica acerca dessa temática que tanto inquieta os autores- o papel da extensão do circuito de formação acadêmica.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Extensão Universitária, Políticas da Educação.

1 INTRODUÇÃO

O clássico tripé característico das Instituições de Ensino Superior (IEs), ensino, pesquisa e extensão, dada sua complexidade e problemática sempre ensejando debate e polêmica, tem se tornado tema de estudo na tentativa de produzir e agregar conhecimento cujo objetivo seria compreender a estreita relação entre teoria, investigação e prática interventiva.

Para tanto, sabe-se que atualmente existem inúmeras teorias que discutem a função social da universidade; são discutidos temas como política educacional,

[1] Graduada em Serviço Social (UECE) e Direito (UNIFOR). Mestra em Sociologia (UECE).
[2] Graduado em Filosofia (UECE). Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (UFC).

financiamento do ensino superior, sistemas de avaliação das IEs por meio do Ministério da Educação (MEC), entre outros.

Contudo, acerca dos debates que envolvem a função social da universidade, são inquietudes as pesquisas que buscam discutir e propor adequações ao tripé ensino-pesquisa-extensão, por vivências com o desenvolvimento de atividades de extensão universitária em instituições de ensino superior privadas, o que levou à formação de alguns questionamentos, sobre práticas e dificuldades das propostas de extensão. Assim, este estudo quer compreender como se integram em IES privadas, o ensino e a extensão, identificando o potencial educativo nas diferentes atividades realizadas.

Entendendo a contribuição que a temática instiga, inicia-se pelas seguintes hipóteses sobre a questão:

a) As faculdades particulares não têm desenvolvido expectativas sociais, no que tange aos objetivos de formação técnico-científicos e demanda quantitativa de ações, para estender seus *campi* à comunidade, promovendo a instrumentalização da cidadania;

b) Mantenedores, administradores e professores pouco atentam para as dificuldades da comunidade do entorno das IEs na produção de conhecimento de forma a emponderá-la; poucos são os professores que buscam, dentro de seu ambiente de trabalho, desenvolver outras atividades que não seja o ensino sistemático de sala de aula;

c) Há pouca referência acadêmica sobre a extensão universitária, muitos estudantes não a conhecem, ou reconhecem como importante para sua formação e ou estrutura do ensino superior; e ainda, a sociedade que será atendida pelas mesmas atividades, desenvolvidas a partir do *campus*, também não reconhecem esse instrumento de construção do saber;

d) O ensino e a pesquisa estão sendo discutidos e permanecem em alta e com diversas políticas a fim de substanciar melhores condições para eles, promovendo a indissociabilidade, ficando a extensão à margem desse processo e estigmatizada;

e) Em síntese, a extensão parece não ter garantida a sua função formadora, não tendo vínculo mais direto com o ensino e nem compreendida em sua função de interação e integração social.

Portanto, o que temos observado na prática acadêmica no que se refere às atividades de extensão é a preocupação muito mais em dar resposta às comunidades do entorno em razão da transformação da paisagem urbana e socioeconômica com a implantação das instituições; por isso, seu caráter interventivo, mas extremamente pontual e que não revela maior envolvimento da comunidade intra e extra *campus* e muito menos continuidade das ações.

Essa característica da extensão "assistencialista" se concretiza na ausência de ações que levem o/a estudante do ensino superior a perceber seu potencial como cidadão/ã comprometido com o bem-estar da sociedade; por vezes observa-se tão-somente a aplicação de projetos cujos beneficiados são os próprios alunos que apresentam um relatório final e cumprem as exigências da disciplina e divulgam o nome da Instituição. Até que ponto estas propostas de atividades de extensão estão envolvidas com a proposta pedagógica e ou acadêmica quando devem estar inseridos no contexto nesse momento gestores e professores? Como estas atividades interventivas articulam teoria e prática e aproximam a IEs dos problemas e demandas da comunidade? Elas concretizam uma nova compreensão por parte da comunidade acadêmica ou definição de extensão universitária? Ou apenas, a extensão nestas IES aparece como estratégia de marketing sem compromisso maior com a formação superior?

A Extensão da Instituição em análise mantém compromisso com a sociedade e seu movimento sócio, político, econômico e cultural. Para alcançar esse objetivo a atividade da Instituição, por meio de programas de extensão, relaciona-se com os mais diversos setores da sociedade, a partir dos quais a IES se retroalimenta, redirecionando sua atuação. Para efetivar seu trabalho, a Instituição preocupa-se em conhecer a realidade local oferecendo serviços e saberes nela sistematizados e produzidos.

A proposta da pesquisa, aqui apresentada, parte da necessidade de discutir as concepções ora alimentadoras deste sistema de educação superior, que culmina

com as ambições mercadológicas e capitalistas vigentes, dito globalizado, de forma a contribuir para o debate e a prática concreta do saber e fazer crítico da extensão como fundamental na formação do cidadão e cidadã. Respaldado por essa justificativa e problematização é que se têm os seguintes objetivos, a seguir.

2. **A PRÁXIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Conceituar é rever, historicamente, o debate se redesenhando e atualizando de forma a termos as idéias estruturadoras acerca da Extensão universitária.

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias discute o conceito de Extensão nos seguintes termos:

> A Extensão é um lugar, uma postura ética que pressupõe adesão da cidadania e da comunidade
>
> A Extensão e ações comunitárias são espaços privilegiados para viabilizar a interação do social e do institucional, em variadas e amplas dimensões, para difundir e construir novos conhecimentos, frutos da intensa reflexão provocada por seus paradigmas.
>
> A Extensão universitária [...] tem sido compreendida como um processo educativo (Paidéia) e uma prática social (Politéia). A integração entre o ato educativo e a práxis social, a articulação ente compreender a realidade e responder aos seus desafios, e a interação entre o questionamento ético e o engajamento profético...
>
> A Extensão é o princípio pedagógico que se fundamenta no respeito à autonomia, à igualdade dos direitos e às diferenças. Baseia-se na necessidade de formar profissionais preparados para enfrentar os desafios colocados pela realidade social do país e de criar metodologias inovadoras que colaborem com o processo de inclusão social, e com a superação da condição de exclusão em que vive grande parte da população brasileira. (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO, 2001),

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2001):

> A Extensão Universitária é um processo educativo cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com transito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrara na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001)

Os princípios básicos definidos no Plano Nacional de Extensão (2012) reconhece a Extensão Universitária como “a relação bilateral com a comunidade externa; a atuação social deliberada e de impacto; a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade; é a articulação com o ensino e a pesquisa”.

A história da Extensão Universitária no País remete à sociedade civil da década de 80, marcada pela supressão do regime autoritário e pelo aprofundamento

da democracia, que inaugura a participação cidadã. Este momento se caracteriza pelo contexto de crise do Estado capitalista em sua versão “assistencialista-previdenciária” e de momentos de conflitos e tensões sociais, em um período de transição de governo e de mudanças ideológicas. Nesses preâmbulos, estabelece-se uma política de ensino superior voltada à avaliação e à reestruturação da universidade, que propiciou o debate acerca da autonomia, democratização a avaliação, dando grande espaço ao crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais e políticos da sociedade civil, que clamava por liberdade e participação democrática. As reivindicações dos direitos sociais fazem proliferar movimentos sociais e populares, adquirindo força e desenvolvendo a idéia de “povo como sujeito de sua própria história”.

É neste contexto em que grupos de mulheres, crianças, adolescentes, negros, índios, se aliam a movimentos na busca de soluções de ordem econômica e social, como transporte, saúde, escola, custo de vida, moradia, terra, creche e outras necessidades básicas que a educação passa a ser vista como o principal instrumento de atendimento às demandas sociais. Além da proliferação de movimentos sociais populares, cresce também a organização de entidades sindicais e representativas dos mais diversos interesses políticos, em que a Extensão universitária é vista como um elemento de autonomia e inserção da universidade na realidade social. Com as políticas de redemocratização do governo na Nova República, ressalta-se a proposta da comissão Nacional para Reformulação do ensino superior e de extensão universitária, de caráter modernizador, voltada para a pesquisa.

Com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Universidades Brasileiras, buscou-se garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, redimensionando a extensão para alem de serviços assistencialistas, mas como função acadêmica situada no mesmo nível de valorização do ensino e da pesquisa. A institucionalização da Extensão se consolida numa seqüência de fóruns em diversas regiões do País, primeiramente no Fórum Regional, quando da realização do I encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, oportunidade da criação do Fórum Nordeste. Assim, os fóruns são criados para interferirem na política acadêmica de extensão

das universidades públicas, pensando e criando diretrizes conceituais, normas, padrões e organizações. É neles que se criam espaço para discussões, debates, conflitos ideológicos, interesses regionais. Nestes contextos, se discutem temáticas voltadas a institucionalização, financiamento e relação universidade/sociedade, evidenciando a prestação de serviços, autonomia e gestão democrática, construção da cidadania e afirmação da soberania nacional e os projetos estratégicos de desenvolvimento regional e nacional. Nestes termos, a concepção de extensão prevalece a função acadêmica com caráter educativo, cultural e científico, consumando, assim, o compromisso social da universidade através da articulação entre ensino e pesquisa.

Nessa perspectiva, a Extensão Universitária se consubstancia como uma prática acadêmica que sustenta o processo do “aprender a aprender”, papel fundante da universidade, uma vez que através dela a universidade socializa e democratiza o conhecimento, levando-os aos não universitários e desfazendo, assim, o caráter elitista da universidade, quando o conhecimento não se traduz em privilegio de apenas uma minoria. Com a Extensão, a universidade se comunica com e realidade local, regional e nacional, tendo a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-o para o atendimento da verdadeira realidade social. As atividades de extensão bem planejadas, bem estruturadas e bem executadas permitem a universidade socializar e democratizar os conhecimentos dos diversos cursos e áreas e também preparar seus profissionais, não apenas com a estratégia do ensino-transmissão. É com a Extensão que os universitários das diversas áreas do conhecimento humano fundamentam os conceitos e teorias aprendidas nas atividades de ensino, consolidando e complementando o aprendizado com a aplicação.

É preciso diferenciar, neste sentido, a palavra Extensão, que implica “estender-se, em levar algo a algum lugar, ou até alguém”. Não se pode confundir com os cursos de extensão universitária, de caráter temporário emergencial, mas as atividades do dever constitucional das universidades, que são bastante amplas e complexas, como podemos citar: cursos, palestras, conferencias, cursos de ensino à distância; cursos de verão ou sazonais; cursos por correspondência; colônia de

férias; viagens de estudo; campus avançados; associação de ex-alunos; ações cívico-sociais; apresentações musicais, teatros, feiras; campanhas orientadoras, e assistenciais; programas e eventos culturais esportivos; universidades volantes; escolas e hospitais flutuantes. Através destas estratégias, se consolidam saberes, experiências, ciências. Nesta linha, afirma Freire (1981), que “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido, é ser capaz de agir e refletir”. Praticar faz parte da universidade, proporcionando por meio do processo educativo, a formação do sujeito situado no tempo e no espaço e, portanto, um ser histórico capaz de se comprometer socialmente. Nessa perspectiva, a universidade tem a função de potencializar a ação e a reflexão, em vista de um compromisso social.

Outro aspecto de grande relevância para essa discussão é dissociar o conceito de Extensão com o de assistencialismo; pois no âmbito da política neoliberal se consolida a perda de espaços da Extensão na perspectiva assistencialista, como instrumento de prover necessidades sociais e de superar deficiências de conhecimento da comunidade. A extensão é função inerente à universidade, em um processo organizado de assessoramento dos movimentos sociais, com os quais a universidade passa a ser perseguida de uma dimensão processual, envolvendo todos os segmentos da universidade, e não por programas concebidos fora da universidade. Através dela, se atende à população através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que prepare para a cidadania, com competência técnica e política. Neste pensar se dimensiona a Extensão numa perspectiva filosófica, como uma ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodológica, com objetivos voltados a soluções dos problemas sociais, através da pesquisa básica e aplicada que, conseqüentemente, realimenta o processo do “aprender a aprender”.

Ao se colocar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que interliga a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade. Priorizando-se as metodologias participativas e favorecendo o dialogo entre a universidade e a sociedade, entre pesquisados e pesquisadores, numa dinâmica circular de recriação dos conhecimentos, se aprofunda um novo conceito

de sala de aula, extrapolando os limites das estruturas físicas das salas para os “limites” do extra-muro da universidade – a sociedade. Assim, o processo histórico-social, com múltiplas determinações, passa a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência da própria prática. A esse respeito, argumenta Morin (2003)

> Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e por outro lado, realidade ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. (MORIN, 2003, p. 13)

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão, enquanto momento de prática profissional, da consciência social e de compromisso político, que pode ocorrer na escola, no hospital, na empresa, nos diversos âmbitos sociais, mas que pode se situar em um espaço aberto da universidade como na Empresa Júnior, no Escritório Modelo, na Escola Modelo, nos hospitais universitários, nas maternidades escola, na farmácia-escola, em qualquer ambiente decorrente do projeto temático curricular dos departamentos e núcleos de pesquisa. Nessa ótica de intervenção da universidade na realidade social, ela não substitui as funções de responsabilidade do estado, mas sim, de produzir saberes, tantos científicos como tecnológicos, como artísticos e filosóficos, tornando acessíveis à população. Aí se reafirma a natureza pública da universidade, independente da constituição jurídica, estatal ou não-estatal, pois se confirma na medida que os diversos setores da população usufruem dos resultados produzidos pela atividade acadêmica.

A reflexão apresentada a seguir por LIBANEO (2005) a seguir traz uma importante compreensão que pode nos ajudar a pensar o papel da extensão para a aprendizagem:

> A escola(espaço educacional) tem um papel insubstituível quando se trata de preparação cultural e científica das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade contemporânea. A escola (espaço educacional) tem o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a formação cultural básica a ser provida pela escolarização. (LIBÂNEO, 2005, p.9)

Remete a reflexão de que interagir e intertextualizar os conhecimentos dos discentes e docentes com os diversos grupos sociais é buscar consciência crítica através da prática de oferecer soluções reais e não ideais; é nessa hora que a

extensão sobre o prisma da crítica social e histórica do conhecimento conduz ao resgate de valores. Pois todos os problemas particulares, no âmbito do individual ou do comunitário se inserem em contextos complexos e interdisciplinares, como o econômico, o político, o psicológico, o sociológico, o afetivo e outros. É a partir desta interdisciplinaridade que se justifica e se compreende a necessidade da Extensão Universitária, tanto no fazer social, como no fazer acadêmico. Quando um discente tem a oportunidade de entender a realidade da comunidade favorecida e, ao trabalhar em equipe, pode contribuir de forma positiva para a mesma, ele está reunindo conhecimentos de diversas disciplinas, de diversas áreas. Como fundamenta o Projeto de Política de Extensão (2001):

> O contato direto com os problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira é imprescindível para a formação de profissionais cidadãos, dotados de valores e competências para enfrentar o mercado de trabalho, com habilidade técnica cientifica e postura crítica e ética. (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERISTÁRIA, 2001)

Aprender é a palavra-chave que encaixa no ato de participação em projeto de extensão, pois nele se pesquisa as vidas, as sociedades, as literaturas e se interdisciplinam os conhecimentos, solidificam o perfil profissional e o lado cidadão, a partir do principio de que:

> O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Essa unidade de natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa o ser humano. É preciso restaurá-la de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros homens (MORIN, 2000, p. 15)

Fazer extensão universitária é fazer dialogismo acadêmico, sociológico, político a partir das questões epistemológicas participativas, ou seja, é fazer questionamentos sobre forma de interação entre saberes de origem distinta, ou a relação entre sujeitos cognocente e cognitivo.

REFERÊNCIAS

ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior). Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições. Brasília: ABMES; Fundaesp, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano nacional de Extensão Universitária, Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Plano nacional de Educação. 2011. Disponpivel em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em 06 de fevereiro de 2016.

FREIRE, Paulo**.** Educação e Mudança, Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1981.

LIBÂNEO, José Carlos. “Uma escola para novos tempos”. In: LIBÂNIO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 5ª ed. Alternativa, 2005.